



Gerência de Compras e Licitações
Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1624
Ponte Nova | Extrema/MG | CEP 37640-000
(35) 3435.4504 | (35) 3435.4307 | (35) 3435.3315
www.extrema.mg.gov.br
Inovação e Gestão de Resultados



CHAMAMENTO PÚBLICO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2024

INEXIGIBILIDADE Nº 024/2024

CREDENCIAMENTO Nº 006/2024

EDITAL Nº 033/2024

Edital de Chamamento Público para Credenciamento de pessoas jurídicas para de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO COM ROÇADA, CAPINA, LIMPEZA, COROAMENTO E COMBATE MANUAL À PRAGAS NO MUNICÍPIO DE EXTREMA MG**, nos termos e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Recebimento das Solicitações de Credenciamento
Endereço: SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, situada à Avenida Antonio Saes Peres, s/nº - Ponte Nova, cidade de Extrema - MG.
Período: O recebimento das solicitações de credenciamento e da documentação ocorrerá a partir de 25/03/2024, das 09h00 às 17h00 até 24/03/2025 às 17h00, no endereço acima indicado com o Sra. Raissa Silveira Santos, telefone (35)3435-3620.
Esclarecimentos: Pedidos de esclarecimentos poderão ser enviados para o e-mail compraspme@extrema.mg.gov.br ou pelo telefone (35) 3435-4504.
Legislação: Lei Federal nº 14.133/2021.

O **MUNICÍPIO DE EXTREMA-MG**, através da Prefeitura Municipal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.677.591/0001-00, com sede à Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, nº 1.624, Ponte Nova, Extrema - MG., CEP: 37.640-000, torna público, para conhecimento dos interessados, que está realizando **CHAMAMENTO PÚBLICO**, com utilização do procedimento auxiliar de **CREDENCIAMENTO**, com o objetivo de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO COM ROÇADA, CAPINA, LIMPEZA, COROAMENTO E COMBATE MANUAL À PRAGAS NO MUNICÍPIO DE EXTREMA MG**, nos termos e nas condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, que se subordinam às normas gerais da Lei Federal nº 14.133/2021.

1. DO OBJETO E DA DEFINIÇÃO

1.1 É objeto do presente Edital o credenciamento de pessoas jurídicas para **contratação de empresas para prestação de serviços de manutenção com roçada, capina, limpeza, coroamento e combate manual à pragas no município de Extrema MG**, nos termos e nas condições estabelecidas neste Edital.



1.2 Conforme art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, define-se credenciamento como o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

1.3 O critério de seleção é o previsto no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

1.4 A forma de execução dos serviços, seus quantitativos, valores, prazos etc. estão previstos no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar do presente processo e serão credenciadas todas as pessoas jurídicas interessadas que comprovarem atender a todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2 Os dados informados na Solicitação de Credenciamento são de responsabilidade dos interessados, que deverão comprová-los através da apresentação da documentação exigida no Item 3 deste Edital.

2.3 Não será admitida a participação de interessados que, por quaisquer motivos, tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, ou punidos com suspensão pela Prefeitura Municipal de Extrema - MG.

2.4 Os documentos exigidos deverão apresentados em forma de cópias autenticadas por cartório competente, ou cópias simples, desde que acompanhadas dos respectivos originais para autenticação por membro da Comissão de Licitação, à exceção dos documentos gerados automaticamente pelos Sistemas Previdenciário/Fiscal e Outros.

2.5 Os documentos emitidos e/ou extraídos via internet poderão ser novamente impressos e/ou consultados pela Comissão de Licitação para efeito de comprovação de sua autenticidade.

2.6 Com exceção os documentos que, por sua natureza, não possuem prazo de validade, os demais documentos deverão ser apresentados dentro da validade neles expressa ou com data de expedição não superior a 03 (três) meses datada da entrega da Solicitação de Credenciamento.

2.7 Não serão aceitos documentos entregues fora do local, dias e horários estabelecidos neste Edital.

2.8 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e Anexos, com exceção dos casos expressamente previstos.

3. DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

3.1 RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a)** Cédula de identidade de todos os sócios da pessoa jurídica ou do empresário;
- b)** Certificado de condição de Microempreendedor Individual, no caso de MEI, ou;
- c)** Registro comercial, no caso de empresa individual, ou;



- d)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e todas as suas alterações, se for caso, devidamente registrados na Junta Comercial, ou contrato social consolidado em vigor, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado da documentação de eleição dos seus administradores, ou;
- e)** Inscrição do ato constitutivo, no caso e sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;
- f)** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, ou;
- g)** Registro ou certificado de fins filantrópicos e/ou ato de declaração de utilidade pública, no caso de sociedades civis sem fins lucrativos ou de utilidade pública.
- i)** Se a pessoa jurídica se fizer representar por procurador, faz-se necessária a apresentação de cópia da cédula de identidade ou documento equivalente do procurador, bem como da respectiva Procuração (com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para assinar solicitações, declarações, atas, termos, contratos, para recebimento de intimações e notificações, desistência ou não de recursos, bem como demais atos pertinentes ao certame) com firma reconhecida ou por instrumento público.

3.2 RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – Cartão do CNPJ/MF;
- b)** Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional (Dívida Ativa da União e Contribuições Federais);
- c)** Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- d)** Prova de regularidade perante a fazenda estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma de lei;
- e)** Prova de regularidade perante a fazenda municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma de lei;
- f)** Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- g)** A apresentação de Inscrição e Regularidade no SICAFI supre a documentação de “a à f” acima.

3.3 RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

3.3.1 Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, quando deverá ser observado, por empresa em Recuperação Judicial ou Extrajudicial o seguinte:



3.3.1.1 Empresas que se encontrem em recuperação judicial ou extrajudicial poderão participar do certame desde que apresentem certidão emitida pelo juízo em que tramita o procedimento da recuperação judicial ou extrajudicial, certificando que a empresa está apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento de um futuro contrato com a Administração, levando em consideração o objeto a ser licitado, JUNTO DE documento que comprove que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 da Lei n.º 11.101/2005, sem o prejuízo de eventuais diligências da Administração junto ao juízo onde se processa a recuperação, a fim de se constatar a capacidade econômico financeira da licitante (Vide: TCU - Acórdão TCU 1.201/2021; TCEMG - Processos nº 1.098.537 e nº 1.047.863).

3.3.2 Apresentar *Atestado de Capacidade Técnica* que comprove a realização, por parte da empresa, de atividades compatíveis com o objeto do credenciamento, notadamente quanto a serviços de roçada, acabamento e outros como também tenham condições de atender a várias demandas simultaneamente. A comprovação de aptidão, acima referida, deverá ser feita através de atestados técnicos fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade profissional competente.

3.3.3 A credenciada deverá comprovar que os profissionais (Responsável(is) Técnico(s) e demais funcionários ligados à execução dos serviços) pertencem ao seu quadro de funcionários, mediante apresentação no caso de empregados, cópias das anotações da CTPS - Carteira de Trabalho e previdência Social, acompanhada da respectiva ficha de Registro de Empregados; ou Contrato de Prestação de Serviços; ou no caso de serem sócios da empresa cópia do Contrato Social e ou sua última alteração, os documentos deverão ser apresentados no ato do credenciamento, em caso de alteração do quadro deve ser repassado a contratante.

4. ENTREGA E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Aberto o período para solicitações de credenciamento, os interessados entregarão, mediante recibo, toda a documentação de habilitação prevista no Item 3.

4.2 A análise dos documentos de habilitação será realizada pela Comissão em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do protocolo de entrega pela Secretaria solicitante, que será apostado em cópia da Solicitação de Credenciamento e entregue ao interessado.

4.3 A Comissão poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para prestarem quaisquer esclarecimentos porventura necessários, bem como para complementarem, caso queiram, os documentos apresentados.

4.4 Serão considerados habilitados e credenciados os interessados que cumprirem todas as exigências deste Edital, sendo inabilitados e não credenciados aqueles que não cumprirem e não manifestarem interesse em complementar a documentação necessária.

5. DOS RECURSOS

5.1 O interessado não habilitado, nos termos do item 4.4, poderá interpor recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da comunicação da decisão da Comissão de Licitação via correio eletrônico (informado na Solicitação de Credenciamento) e/ou por publicação na Imprensa Oficial do Município.



5.2 O recurso deverá ser feito por escrito, assinado, dirigido ao Agente de Cobratação e protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Extrema, situada à Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, nº 1.624, Ponte Nova, Extrema - MG., CEP: 37.640-000 ou pelo e-mail: compraspme@extrema.mg.gov.br.

5.3 O recurso não terá efeito suspensivo.

6. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

6.1 Após a análise documental, Agente de Contratação apresentará a relação geral dos credenciados, assim como a complementar sempre que novos interessados se credenciarem.

6.2 O processo de análise e o resultado final serão homologados pelo Ordenador de Despesas do município.

6.3 Após o deferimento do credenciamento, o interessado será comunicado via correio eletrônico (informado na Solicitação de Credenciamento) e publicação na Imprensa Oficial do município, quando então será comunicado a assinar o Contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de cancelamento.

6.4 A lista dos interessados habilitados/credenciados, segundo os critérios do edital, será divulgada e mantida atualizada por meio do sítio eletrônico www.extrema.gov.br/imprensaoficial/licitacoes.

6.5 Os interessados que não forem habilitados/credenciados terão sua documentação disponível para ser retirada por até 15 (quinze) dias da divulgação. Havendo interposição de recurso, esse prazo será contado a partir da data de julgamento definitivo do mesmo.

7. DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

7.1 O Termo terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nas hipóteses legais, tendo eficácia legal após a publicação do seu extrato Imprensa Oficial do município.

7.2 A convocação para a assinatura do Termo se dará após efetivada a habilitação do interessado, segundo os critérios deste Edital.

7.3 A minuta do Termo de Credenciamento a ser celebrado consta do Anexo II deste Edital.

8. DOS PREÇOS E DO PAGAMENTO

8.1 Os serviços prestados pelos credenciados serão remunerados de acordo com os valores constantes no Anexo I – Termo de Referência, cuja aceitação deverá ser expressa por meio da Declaração do Anexo III;

8.2 O valor fixado para a remuneração de cada item poderá ser reajustado monetariamente por índices oficiais de correção e/ou através de pesquisa mercadológica.

8.3 O pagamento será efetuado pela Prefeitura do Município de Extrema – MG. até o 20º (vigésimo) dia útil, mediante a apresentação da Nota Fiscal, após o ateste pelo servidor designado, sendo efetuada a retenção de tributos sobre o pagamento a ser realizado (se for o caso), conforme determina a legislação vigente.



8.4 O pagamento será creditado em conta corrente, por meio de ordem bancária a favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal e/ou no ato de credenciamento, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

8.5 Caso o prestador seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.

8.6 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida ao prestador, e o pagamento ficará pendente até que ela providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura do Município de Extrema - MG.

8.7 Previamente à data do pagamento, o Departamento de Tesouraria verificará as certidões de regularidade fiscal e trabalhista, para verificar a manutenção das condições de habilitação do prestador.

8.8 Os tributos e as contribuições fiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à dos serviços são de responsabilidade do prestador, podendo a Contratante exigir, a qualquer tempo, a comprovação de sua regularidade.

8.9 Havendo atraso no pagamento de suas obrigações a Prefeitura do Município de Extrema – MG. procederá à atualização financeira diária de seus débitos, por meio da média de índices de preços de abrangência nacional, tendo como base o dia limite para pagamento e como data final o dia anterior ao da emissão da ordem bancária, ou pelo índice que venha a substituí-lo.

8.10 Para fins de cálculos de utilização de correção, por atraso, utilizar-se-á a seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = assim apurado:

onde I = IPCA-E (do IBGE) do período, "Pro Rata Die", desprezando-se as frações inferiores a 15 dias.

8.11 Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada ao prestador, ficando o pagamento suspenso até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após regularização da situação e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Município de Extrema - MG.

9. DAS HIPÓTESES DE DESCRENCIAMENTO

9.1 A Prefeitura Municipal de Extrema - MG poderá promover o descredenciamento, a qualquer tempo, por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidos após o credenciamento, que importem comprometimento da capacidade técnica, fiscal ou da postura profissional do Credenciado, ou ainda que fira o padrão ético ou operacional do trabalho, sem que caiba ao mesmo qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso, seja a que título for.



9.2 Aqueles que não se apresentarem para a execução da demanda de serviços no prazo de 05 (cinco) dias serão descredenciados.

9.3 O Credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que requerido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

9.4 Na hipótese de descumprimento das obrigações pelo Credenciado, este estará sujeito às sanções previstas no Edital, seus Anexos e na Lei Federal nº 14.133/2021.

9.5 Fica assegurado ao Credenciado o direito ao contraditório, sendo avaliadas suas razões pela Comissão de Licitação, que opinará em 05 (cinco) dias úteis e as submeterá ao Secretário Municipal de Administração para tomada de decisão.

9.6 Se for conveniente para a Administração Municipal, a Secretaria Municipal de Administração poderá, a qualquer tempo, buscar alternativas por outros modelos de gestão e contratação da prestação dos serviços objeto deste Edital.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

10.1 Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações ao presente Edital deverão ser efetuados por escrito, a qualquer tempo, antes da data de encerramento do período de credenciamento, endereçados à Comissão de Licitação, entregues pessoalmente no Departamento de Licitações, situado à Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, nº 1.624, Ponte Nova, Extrema - MG., CEP: 37.640-000, das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, ou pelo e-mail compraspme@extrema.mg.gov.br.

10.2 Caberá ao Agente de Contratação analisar e decidir sobre a petição de esclarecimento ou impugnação no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

10.3 As decisões e/ou respostas serão encaminhadas no e-mail informado pelo interessado no momento do pedido de esclarecimento e/ou impugnação.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

11.1 As obrigações do Credenciado constam no Termo de Referência.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

12.1 As obrigações do Credenciante constam no Termo de Referência.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

I. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



II. O impedimento de que trata a alínea “a” acima será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

III. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

IV. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

V. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

13.2 A simples apresentação, pelo interessado, da documentação exigida no presente certame não induzirá automática celebração do Contrato, sendo esta submetida à habilitação prevista no Item 3 deste Edital.

13.3 Os Credenciados serão os únicos e exclusivos responsáveis pelas informações disponibilizadas e sua atualização junto à Prefeitura Municipal de Extrema - MG.

13.4 A Prefeitura Municipal de Extrema - MG poderá alterar, revogar ou anular o presente credenciamento, na forma da lei, sem que caiba aos participantes qualquer direito a reembolso, indenização ou compensação.

13.5 Os casos omissos serão decididos pela Equipe de Gestão especificada no Anexo I – Termo de Referência, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 4.441/23.

14. ANEXOS DO EDITAL

14.1 São partes integrantes, indissociáveis e atreladas ao conteúdo deste Edital os seguintes anexos, cujo teor vincula totalmente os interessados:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Minuta do Contrato/Termo de Credenciamento;

Anexo III- Solicitação de Credenciamento e Declarações.

Extrema - MG, 13 de março de 2024.

Paulo Roberto da Silva Junior
Agente de Contratação
Decreto nº 4.486 de 07 de junho de 2023.



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/999999992024

INEXIGIBILIDADE Nº 024/2024

CREDENCIAMENTO Nº 006/2024

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1 Objeto

1.1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO COM ROÇADA, CAPINA, LIMPEZA, COROAMENTO E COMBATE MANUAL À PRAGAS NO MUNICÍPIO DE EXTREMA MG.

1.2 Natureza do objeto: Bens ou serviços comuns, nos termos do artigo 6º, XIII Lei 14.133/21 e do Decreto Municipal nº 4091/2021.

2. Quantitativo e descritivo completo

#	LOTE	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	01	0060781	ROÇADA serviço de roçada geral em áreas públicas.	M²	3.804.095,48	0,55	2.092.252,51
2	02	00061523	ROÇADA EM ÁREA DE REFLORESTAMENTO serviço de roçada geral em áreas de reflorestamento.	M²	210.000,00	0,55	115.500,00
3	03	00061524	ROÇADA EM ESTRADAS RURAIS serviço de roçada em estradas rurais.	M²	2.520.000,00	0,55	1.386.000,00
							3.593.752,51

2.1 Atividade de roçada e acabamento na zona urbana e rural

2.1.1 Retirar com antecedência pedras, madeiras e/ou outros objetos que comprometam a atividade ou coloquem em risco pedestres e automóveis estacionados e/ou em circulação.

2.1.2 A roçada de gramas variadas, capins e demais plantas infestantes, poderá ser feita com equipamento mecânico como mini trator, roçadeira ou máquina costal com fio de nylon ou lâmina. A lâmina do cortador deve estar perfeitamente afiada para produzir um corte limpo. As roçadeiras mecânicas portáteis deverão manter as características originais do fabricante, ou seja, permanecer com proteção limitadora do fio de nylon e de projeção de materiais a menos de 10 cm da lâmina.

2.1.3 Em todas as situações que envolvam riscos aos pedestres e/ou automóveis, é obrigatório durante a roçada, o uso de telas de proteção com malha de no mínimo 50% e 2,0 m de altura.

2.1.4 Nunca executar o corte raso para evitar que o gramado fique suscetível às plantas daninhas.

2.1.5 Após as atividades de roçada deverá ser realizado o acabamento, que compreende a capina de plantas daninhas presentes nos gramados, calçadas, guias (meio fio), sarjetas e vias, com remoção de todas as partes vegetais (raízes, caule e folhas). No caso da capina nos gramados, devem ser retirada touceiras de capins, como *Brachiaria ssp.*



2.1.6 Também deverá ser retirado acúmulo de terra presente nas calçadas, guias (meio fio), sarjetas e vias, e, em seguida, feita a varrição. Quando a terra se encontrar muito compactada deverá se usar enxada para raspá-la. Para a lama, deve-se utilizar a raspadeira.

2.1.7 Para execução dos serviços, deverão ser utilizados carro de mão, enxada, vassourão, pás, roçadeiras e outros equipamentos necessários à boa execução das atividades.

2.1.8 Todos os materiais (restos vegetais, resíduos e outros) provenientes das atividades de roçada e acabamento devem ser removidos, mesmo que estejam úmidos, ou reunidos em montes. Além disso, devem ser retirados dos locais de trabalho aqueles materiais que lá se encontram, como entulhos (retirar até o limite de 1m³), galhos e demais resíduos que estejam em desacordo com a harmonia do ambiente.

2.1.9 Todo material retirado deve ser transportado no mesmo dia para disposição em locais indicados pela Contratante.

2.1.10 Durante as atividades deverá ser feito o combate manual a formigas e cupins de solo, por meio da retirada de montículos.

2.1.11 Nas áreas urbanas são demandados serviços de alta qualidade, de tal forma que as credenciadas devem estar preparadas para alto grau de exigência.

2.2 Atividade de roçada em área de reflorestamento em zona rural

2.2.1 Deverá ser realizado o coroamento das mudas de espécimes arbóreos existentes no local. Esta atividade envolve a remoção de todo capim braquiária existente ao redor da muda em um raio de 50 centímetros.

2.2.2 O coroamento manual deve ser feito com o uso de ferramenta tipo enxada, devendo ser realizado visando um aprofundamento de no máximo 05 centímetros do solo, a fim de garantir o retardamento de possíveis rebrotas da vegetação invasora.

2.2.3 Após a realização do coroamento, deverá ser realizada a roçada mecanizada da área total. A roçada poderá ser feita com equipamento mecânico como roçadeira com fio de nylon ou lâmina. As roçadeiras mecânicas portáteis deverão manter as características originais do fabricante, ou seja, permanecer com proteção limitadora do fio de nylon e de projeção de materiais a menos de 10 cm da lâmina.

2.2.4 Deverá ser realizada a roçada de vegetação invasora (espécies de maior potencial agressivo como *Brachiaria ssp*). Durante a operação deverão ser preservadas todas as espécies nativas existentes no local, principalmente as arbóreas, oriundas do processo de regeneração natural ou plantadas anteriormente.

2.2.5 Durante as atividades deverá ser feito o combate a formigas.

2.3 Medidas comuns a todos os serviços prestados

2.3.1 Executar os serviços solicitados em locais, dias e horários conforme ordem de serviço expedida pela secretaria solicitante.



2.3.2 Registrar, com fotos, o início e final dos serviços para apresentação à secretaria solicitante, além de prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados por ela durante a prestação dos serviços.

2.3.3 A secretaria solicitante ficará responsável pela fiscalização dos serviços e, em caso de irregularidade, a empresa deve substituir ou refazer, às suas expensas, todo e qualquer serviço entregue em desacordo com as especificações e padrões de qualidade exigidos. Além disso, a secretaria solicitante poderá aplicar penalidades previstas neste edital.

2.3.4 A empresa credenciada deverá também ter condições de atender a várias demandas simultaneamente do item credenciado.

2.3.5 A empresa credenciada deve estar preparada para grandes deslocamentos na zona urbana do município. No quadro abaixo é possível visualizar a distância de algumas das áreas, onde são realizadas as atividades, tomando como ponto de partida Parque Municipal de Eventos, localizado na Avenida Antonio Saes Peres, Bairro Centro, Extrema/MG.

Bairros: Furnas - 16,2 (km), Godoi - 15,2 (km), Roseira - 10,1 (km), Mantiqueira - 14,0 (km), Forjos - 12,4 (km) e Juncal - 16,7 (km).

2.4 Equipe de roçada e materiais

2.4.1 Competirá às credenciadas, além da disponibilização dos veículos e de todo e qualquer tipo de equipamento e insumos, a admissão dos funcionários necessários ao desempenho dos serviços, isso tendo em vista a necessidade de realizar mais de uma ordem de serviço simultaneamente.

2.4.2 A empresa credenciada em mais de um lote deverá ter equipe individual para cada um e assim atender a todas as demandas solicitadas.

2.4.3 Os equipamentos e combustível não devem ser transportados junto às pessoas, devendo eles ser transportados de modo seguro nos trajetos realizados para execução dos trabalhos.

2.4.4 Descrição de veículos e materiais a serem usados:

- **Caminhão carroceria para limpeza:** O veículo deverá possuir capacidade de transporte mínima de 8m³. Tempo máximo de 04 (quatro) anos de fabricação e esse limite de tempo deve ser atendido durante toda a vigência do contrato. Vale ressaltar que em casos de problemas mecânicos/outros, a empresa credenciada deverá substituir o equipamento e dar continuidade à atividade, tendo em vista que o serviço precisa ser finalizado dentro do prazo.

- **Veículo de transporte coletivo:** veículo com capacidade de transporte de 15 ocupantes, mais motorista. Vale ressaltar que em casos de problemas mecânicos/outros, a empresa credenciada deverá substituir o equipamento e dar continuidade à atividade, tendo em vista que o serviço precisa ser finalizado dentro do prazo. O veículo deverá possuir tempo máximo de 04 (quatro) anos de fabricação e esse limite de tempo deve ser atendido durante toda a vigência do contrato.

- **Roçadeira Profissional a Gasolina** com potência mínima de 17 KM2 3CV com reservatório máximo de 580 ml; motor com cilindradas mínimas de 35 2 cm³ e potência mínima de 1,7km/2.3cv; comprimento mínimo de 1,85 m; rotação mínima de 12500 rpm.



- **Soprador Costal** cilindrada mínima 64,8cc; capacidade do tanque de combustível mínimo de 1,4 litros; potência mínima 2,9Kw/4hp, velocidade mínima do ar 90 m/s; volume do ar mínimo com tubeira 1,308 m³/h; rotação mínima do motor 7200 rpm.

- **Outros equipamentos necessários a boa execução das atividades:** rastelo, carro de mão, enxada, vassourão, pás e outros.

2.4.5 A Fiscalização terá direito de exigir a substituição imediata de todo colaborador cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento do serviço prestado à Contratante.

2.4.6 Será terminantemente proibido aos colaboradores das empresas credenciadas ingerir bebidas alcoólicas em serviço e/ou pedirem gratificações de qualquer espécie.

2.4.7 Os colaboradores deverão apresentar-se uniformizados, de acordo com as normas de segurança do trabalho pertinentes, equipamentos de proteção individual, equipamentos de proteção coletiva, quando as condições do serviço o exigir.

2.5 Equipamentos de Proteção Individual (EPI) - ANEXO II

2.5.1 A periodicidade e cor dos EPI's devem seguir Norma Regulamentadora nº6- Equipamentos de Proteção Individual e especificações do fabricante.

2.5.2 O Registro de entrega de EPI's deverá ser entregue trimestralmente à Contratante para verificação.

Quantidade (por colaborador)	Unidade	EPI
3	Unidade	Avental de raspa
2	Unidade	Boné árabe
1	Unidade	Capa de Chuva
1	Par	Luva de vaqueta
1	Unidade	Óculos de Segurança
1	Par	Perneira
1	Unidade	Capacete Acoplador com protetor tipo concha e viseira protetiva
1	Par	Botina de Segurança com biqueira em Composite
3	Unidade	Calças com faixas refletivas (conf. especificação técnica)
3	Unidade	Camiseta com faixas refletivas e manga longa (conforme especificação técnica).

2.6 Equipamentos de Proteção Coletiva:

2.6.1 Telas de Proteção com malha 50% e altura de 2,0 m;

2.6.2 Cones para Sinalização de Vias, conforme NBR 15.071-Segurança no tráfego -

2.6.3 Cones para sinalização viária, 2015.



2.7 No caso de falta do funcionário ao serviço, por qualquer motivo, cabe à Credenciada providenciar imediatamente substituto de modo a não comprometer o bom andamento das atividades.

2.8 As credenciadas devem ter sede e equipes fixas no município durante toda a vigência do contrato para atendimento nos casos: emergenciais (definidas pela contratante), feriados e finais de semana.

2.9 Manter ao menos um preposto que servirá de supervisor das atividades, com Curso de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), sendo que o Município se reportará a este para tratar das Ordens de Serviço, adequações das atividades, mensurações e demais necessidades e/ou providências.

2.10 Os condutores de veículos devem possuir habilitação válida segundo a categoria da CNH correspondente para a atividade de transporte.

3. Enquadramento:

3.1 O objeto da contratação se enquadra nos termos do artigo 74 Inciso IV, combinado com o artigo 78 inciso I e artigo 79 inciso I da Lei nº14.133 de 01 de Abril de 2021.

4. Prazo da contratação:

4.1 Pelo período de 12 (doze) meses.

4.2 Possibilidade de prorrogação: Fundamenta-se em garantir a qualidade do atendimento, a estabilidade do serviço e a eficiência da gestão, evitando impactos na prestação do serviço, sempre amparados por critérios legais e técnicos.

5. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

5.1 Conforme apontado no Estudo Técnico Preliminar (ETP) os serviços de roçada têm o objetivo de realizar a manutenção em áreas públicas, através do uso de equipamentos específicos, de modo a evitar o crescimento descontrolado de gramas variadas, capim e demais plantas infestantes, auxiliando na conservação de uma cidade limpa. Atrelado a esse cenário, o controle do crescimento vegetal minimiza episódios de acidentes com animais peçonhentos, uma vez que muitos destes animais se utilizam das camadas vegetais para se abrigarem e se reproduzirem. Os serviços também favorecem a parte estética, deixando as áreas públicas mais bonitas e agradáveis aos cidadãos.

6. DESCRIÇÃO DETALHADA DA SOLUÇÃO:

6.1 A solução mais vantajosa para a administração, em virtude do que foi exposto no Estudo Técnico Preliminar - ETP, é o credenciamento de empresas para a prestação dos serviços de roçada. A alta demanda pelo serviço aliada à necessidade constante de manutenção e limpeza das áreas justifica a convocação das empresas nestes termos. Efetuar a contratação de uma única empresa é uma ação temerária, pois coloca em risco o fator de continuidade na prestação dos serviços demandados o ano todo.



6.2 FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

6.2.1 Sugerimos a contratação por meio do credenciamento de empresa do ramo de limpeza pública. Essa modalidade se mostrou-se eficiente e vantajosa, já que possibilita a desenvoltura de várias frentes de trabalho simultaneamente, assim, atendimento das demandas de forma rápida e eficiente, tendo em vista a essencialidade dos serviços prestados. Além disso, a modalidade de credenciamento de empresas garante a execução dos serviços solicitados, mesmo diante de adversidades por parte da contratada, tendo em vista a possibilidade de acionamento de outra empresa credenciada de forma rápida e eficiente. Conforme artigo 79 da Lei nº 14133, a Administração divulgará e manterá à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados.

7. OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA:

7.1 Proceder o fornecimento dos materiais e/ou equipamentos e executar os serviços dentro das condições, prazos e preços ajustados na proposta;

7.2 Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo setor de compras, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

7.3 Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da Prefeitura Municipal de Extrema/MG.;

7.4 Arcar com todas as despesas diretas e indiretas, decorrentes as obrigações assumidas sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Extrema/MG.;

7.5 Responsabilizar-se por eventuais danos morais e materiais causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na prestação dos serviços.;

7.6 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela a Prefeitura Municipal de Extrema sobre os materiais/equipamentos ofertados ou serviços executados.

7.7 Manter, enquanto credenciada, todas as condições de habilitação exigidas para o credenciamento;

7.8 Atender a todas as despesas e encargos de qualquer natureza com pessoal de sua contratação, inclusive os encargos de natureza trabalhista, previdenciário, fiscal, de acidentes de trabalho e outros semelhantes, relativos à execução do objeto do credenciamento;

7.9 Operar como uma organização completa, independente e sem vínculos com o **contratante**, fornecendo produtos e serviços de comprovada qualidade, sem ônus adicionais para o **contratante**;

7.10 Não subempreitar o objeto do credenciamento a terceiros, sem prévia comunicação e/ou autorização do **município**;

7.11 Proceder ao fornecimento do material e ou equipamento e ou execução dos serviços, dentro das condições, prazos e preços ajustados na proposta;

7.12 Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo setor de compras, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

7.13 Arcar com todas as despesas com traslado, hospedagem e refeições do prestador de serviços e seus prepostos.



7.14 Levar os equipamentos e ferramentas necessários à prestação dos serviços de roçada, correndo por sua conta as despesas de seguro transporte, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, combustível, materiais de limpeza decorrentes da execução de objeto do credenciamento.

7.15 Prestar todos os serviços previstos no objeto do credenciamento de forma eficiente, atendendo o padrão que qualidade exigida pela contratante.

7.16 A credenciada deve apresentar durante a vigência do credenciamento os seguintes documentos com a devida periodicidade:

- Ficha de Equipamento de Proteção Individual (EPI), trimestralmente;
- Programa de Prevenção e de Riscos Ambientais (PPRA), anualmente;
- Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT), anualmente;
- Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e Atestado (PCMSO), anualmente;
- Atestado de Saúde Ocupacional (ASO).

7.17 Executar os serviços observando todas as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho, em especial NR5- Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e NR6 - Equipamentos de Proteção Individual.

7.18 Será de responsabilidade da credenciada os encargos e benefícios previstos na execução das funções como insalubridade, registro em carteira, vale transporte, vale alimentação entre outros.

7.19 A Sinalização nas vias deverá obedecer ao Manual de Sinalização Temporária (Denatran) em especial no seu item denominado "Área de Influência da Obra ou Serviço". A área abrangida pela interferência compreende, inclusive, desvios de tráfego ou rotas alternativas. O percurso pode ser dividido nos seguintes trechos:

área de advertência; área de transição; área de proteção anterior; área da obra ou serviço;

área de proteção posterior; área de transição posterior; área de retorno à situação normal.

7.19.1 Abaixo apresentam-se, respectivamente, a divisão das áreas definidas para via urbana e via rural:

Figura 1. Via Urbana e suas delimitações

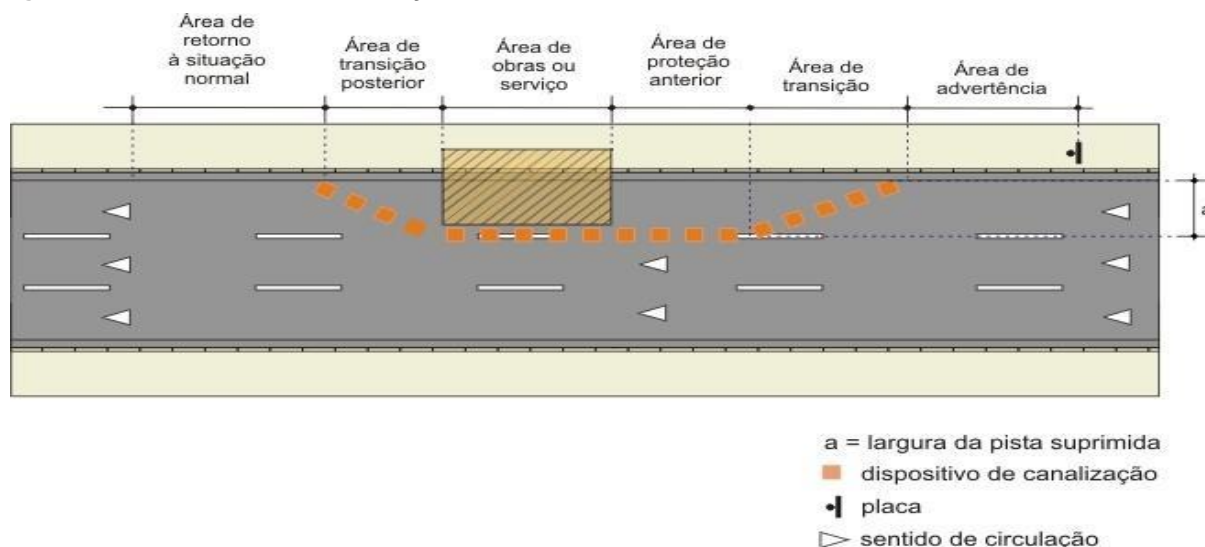
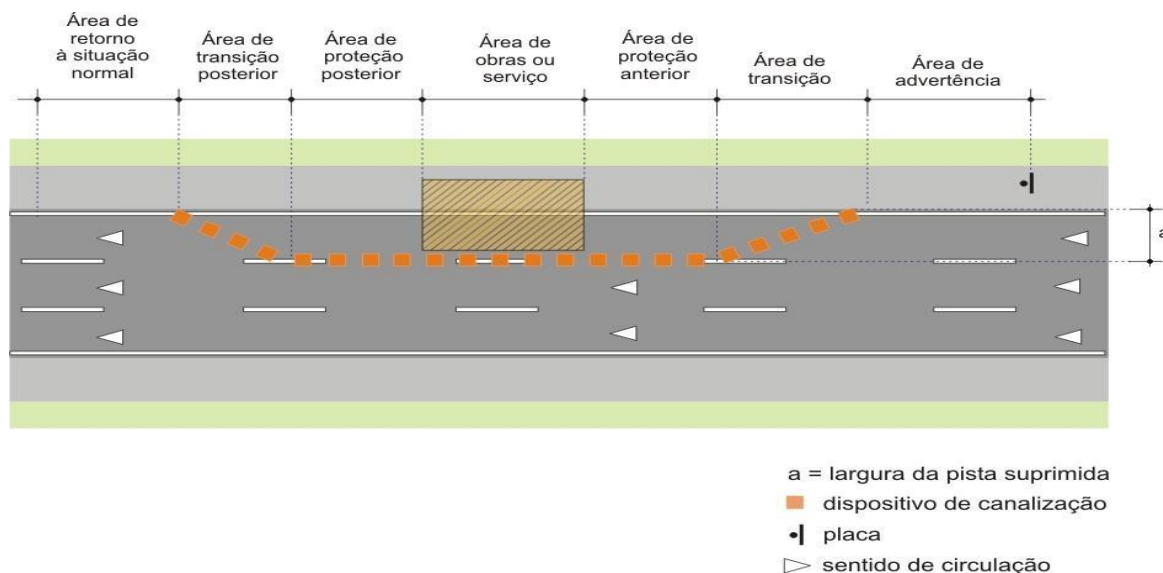


Figura 2. Via Rural e suas delimitações



8. OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

8.1 Gerenciar o presente CONTRATO, indicando sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais e/ou equipamentos fornecidos, observada à ordem de classificação indicada na licitação;

8.2 Convocar os particulares via, telefone ou e-mail, para assinatura do Contrato de Fornecimento e retirada da nota de empenho;

8.3 Observar para que, durante a vigência do presente Contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

8.4 Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços contratados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

8.5 Realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do pregão presencial;

8.6 Orientar o fornecedor para que os pagamentos e os documentos de cobrança não sofram atrasos;

8.7 Notificar, por escrito, o fornecedor, fixando-lhe prazos para corrigir eventuais irregularidades, encontradas na execução do contrato, bem como, quando de multa, retenção por danos causados e quaisquer débitos do fornecedor;

8.9 Efetuar os devidos pagamentos a(s) credenciada(s), conforme definido deste Edital.

8.10 Pagar, a(s) Credenciada(s), por cada procedimento realizado, conforme valores constantes neste e estabelecidos neste edital.



8.11 Designar servidor (es) responsável(eis) pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços, objeto deste credenciamento.

8.12 Notificar à credenciada, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da execução dos serviços.

9. LOCAIS DE ENTREGA DO PRODUTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

9.1 A execução do objeto desta licitação deverá ser realizada no município de Extrema, em vias, avenidas, praças, prédios públicos, áreas rurais e outros locais designados pela contratante.

9.2 Uma vez emitida Ordem de Serviço a credenciada deve dar início às atividades no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ficando sujeita a notificação em caso de não realização ou diante de alguma irregularidade.

9.3 A Ordem de Serviço que a Credenciada receberá, reunirá informações como localização, dimensões (m²) das áreas, data de início e previsão de fim, devendo o prazo ser respeitado, sob pena de notificação em caso de descumprimento não justificado.

9.4 Caso notificada, a credenciada realizará no prazo de 05 (cinco) dias úteis a reparação dos serviços que apresentarem vício ou defeito, contados a partir da data da notificação.

9.5 O prazo indicado no item anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Credenciada, aceita pelo Contratante.

9.6 Os custos referentes a execução do Credenciamento serão de responsabilidade da credenciada.

10. DETALHAMENTO DA GESTÃO DO CONTRATO

10.1 Fiscal do contrato: Raíssa Silveira Santos - CPF: 121.272946-37 - Lotação: Secretaria de Meio Ambiente.

10.2 Gestor do contrato: Luiz Gustavo de Castro Arantes - CPF: 081.261.166-76 - Lotação: Secretaria de Meio Ambiente – Administrativo.

10.3 O credenciamento deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.4 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do credenciamento, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.5 As comunicações entre o Órgão ou Entidade e a Credenciada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica, via email, para esse fim, conforme dados cadastrais da Credenciada, constantes do sistema do órgão ou Entidade. A responsabilidade de informar as possíveis atualizações é da Credenciada.

10.6 A execução do credenciamento deverá ser acompanhada e fiscalizada pela gestora do credenciamento, ou pela respectiva substituta.

10.7 O fiscal administrativo do credenciamento comunicará ao gestor do credenciamento, em tempo hábil, o término da prestação do serviço sob sua responsabilidade.

10.8 O gestor do credenciamento deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado o credenciamento e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.



11. MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

11.1 Para os Lotes 1, 2 e 3 a medição se dará pela unidade de metro quadrado (m²) de trabalho.

11.2 Para todos os lotes estão incluídos mão de obra, fornecimento de ferramentas, equipamentos, combustível, e outros de modo a garantir o bom andamento das atividades e posterior atesto do gestor do credenciamento quanto ao fechamento completo da área de trabalho previsto na ordem de serviço.

11.3 O pagamento se dará conforme item 16.4.1 do presente TR

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1 Valor estimado em R\$ 3.593.752,51 (tres milhões quinhentos e noventa e tres mil, setecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e um centavos).

13. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:

Ficha - Fonte	Funcional Programática	Elemento de Despesa	Uni. Orçamentária	Valor Total
00574-15000001002	02008001.1012200072.116.33903600000.15000001002	OUTROS SEERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	64.900,00
00376-15000001001	02007001.1212200092.074.33903900000.15000001001	OUTROS SEERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	1.650,00
00382-15000001001	02007001.1212200092.075.33903900000.15000001001	OUTROS SEERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	8.250,00
00428-15000001001	02007001.1236100092.091.33903900000.15000001001	OUTROS SEERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	110.500,00
00452-15000001001	02007001.1236500091.009.33903900000.15000001001	OUTROS SEERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	79.750,00
00457-15000001001	02007001.1236500091.010.33903900000.15000001001	OUTROS SEERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	14.300,00
00514-15000001001	02007001.1236700092.106.33903900000.15000001001	OUTROS SEERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	2.200,00
00752-15000000000	02009001.0812200082.147.33903900000.15000000000	OUTROS SEERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	36.902,51
00991-15000000000	02010001.1854100132.183.33903900000.15000000000	OUTROS SEERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	110.000,00
00991-15000000000	02010001.1854100202.189.33903900000.15000000000	OUTROS SEERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	1.100.000,00
01037-15000000000	02011001.1545100101.028.33903900000.15000000000	OUTROS SEERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO	1.375.000,00
00019-15000000000	02001001.0412200152.002.33903900000.15000000000	OUTROS SEERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	8.250,00
00053-15000000000	02001002.0412200152.008.33903900000.15000000000	OUTROS SEERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	16.500,00



00078-15000000000	02001002.0618100162.012.33903900000.15000000000	OUTROS SEERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	5.500,00
00092-15000000000	02001002.0618100162.013.33903900000.15000000000	OUTROS SEERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	5.500,00
00101-15000000000	02001002.0618100162.014.33903900000.15000000000	OUTROS SEERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	27.500,00
01099-15000000000	02012001.1312200052.216.33903900000.15000000000	OUTROS SEERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	5.500,00
01175-15000000000	02013001.2369500042.229.33903900000.15000000000	OUTROS SEERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	566.500,00
01226-15000000000	02014001.2781200062.248.33903900000.15000000000	OUTROS SEERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	55.000,00

14. LIQUIDAÇÃO

14.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

14.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art.75 da Lei nº 14.133, de 2021 <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm>.

14.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I. o prazo de validade/vigência contratual/empenho/aviso de fornecimento;
- II. a data da emissão;
- III. os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV. o período respectivo de execução do contrato;
- V. o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante

14.5 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2022 <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm>>

14.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

14.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.



14.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

14.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

15. PRAZO DE PAGAMENTO

15.1 O pagamento ocorrerá até o 20º dia útil após a liquidação da nota fiscal.

15.2 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

A Nota de Empenho da Despesa terá força de contrato, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2024

INEXIGIBILIDADE Nº 024/2024

CREDENCIAMENTO Nº 006/2024

ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº xxx/2024

O MUNICÍPIO DE EXTREMA - MG, através da Prefeitura Municipal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.677.591/0001-00, com sede à Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, nº 1.624, Ponte Nova, Extrema - MG., CEP: 37.640-000, neste ato representada pelo Ordenador de Despesas, Sr. **Tailon Alexand de Camargo**, brasileiro, casado, portador da CI/RG nº xxxxxxxxxxxxxxxx e inscrito no CPF/MF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado nesta cidade de Extrema - MG, doravante denominado de **CREDENCIANTE**, e xxxxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxxxxx, com sede à Rua xxxxx, nº xxxxxx, Bairro xxxxx, Cidade – xxxxxxxxxxxx - xxxx, CEP xxxxx, doravante denominado de **CREDENCIADO**, neste ato representada por xxxxxxxx, nacionalidade, profissão, portador da CI/RG nº xxxxx SSP/xxxx, inscrito no CPF/MF sob o nº xxxxx, acordam proceder ao presente contrato, nos termos do Credenciamento nº 005/2024, Edital do Credenciamento nº 010/2024, atendendo as condições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1 Pelo presente instrumento, credencia-se a prestação, pelo Credenciado, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO COM ROÇADA, CAPINA, LIMPEZA, COROAMENTO E COMBATE MANUAL À PRAGAS NO MUNICÍPIO DE EXTREMA MG.**

CLÁUSULA II – DO AMPARO LEGAL

2.1 A lavratura do presente instrumento decorre do Credenciamento nº 006/2024, Edital do Credenciamento nº 033/2024, Processo Licitatório nº 065/2024.

2.2 Fazem parte deste instrumento, como se nele estivessem transcritas, as condições estabelecidas do Edital do nº 008/2024, bem como seus Anexos.

CLÁUSULA III – DO REGIME DE FORNECIMENTO

3.1 O presente contrato tem como regime de execução contratação por preços unitários, com pagamento mensal, nos termos do Edital de regência.

3.2 O critério de seleção é o previsto no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

CLÁUSULA IV – DO VALOR DE CADA ITEM DE CONTRATAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 Na Tabela abaixo estão previstas as descrições, quantidades e valores unitários de cada serviço a ser realizado pelo Credenciado, conforme demanda:



#	LOTE	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	01	0060781	ROÇADA serviço de roçada geral em áreas públicas.	M²	3.804.095,48	0,55	2.092.252,51
2	02	00061523	ROÇADA EM ÁREA DE REFLORESTAMENTO serviço de roçada geral em áreas de reflorestamento.	M²	210.000,00	0,55	115.500,00
3	03	00061524	ROÇADA EM ESTRADAS RURAIS serviço de roçada em estradas rurais.	M²	2.520.000,00	0,55	1.386.000,00
							3.593.752,51

O valor fixado para a remuneração de cada item poderá ser reajustado monetariamente por índices oficiais de correção e/ou através de pesquisa mercadológica, quando então será atualizada a Tabela de Valores.

4.2 Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura do Município de Extrema - MG até o 20º (vigésimo) dia útil, mediante a apresentação da Nota Fiscal, após o ateste pelo profissional designado para esse fim, sendo efetuada a retenção de tributos sobre o pagamento a ser realizado (se for o caso), conforme determina a legislação vigente.

4.3 Os serviços serão solicitados por meio de Autorizações de Fornecimento ou instrumento equivalente.

4.4 Os pagamentos serão creditados em conta corrente, por meio de ordem bancária, em favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

4.5 É encargo do Credenciado, quando da efetiva prestação dos serviços, todas as despesas relativas taxas, tarifas, tributos e demais despesas que porventura forem necessárias à prestação dos serviços, que não sejam obrigações da Credenciante.

4.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o Credenciado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Credenciante.

4.7 O Credenciado deverá zelar pelo adimplemento de seus tributos junto aos devidos órgãos públicos, visando manter sua regularidade fiscal e trabalhista, condição sem a qual não será possível o pagamento da Nota Fiscal apresentada.

4.8 A Credenciante não efetuará qualquer pagamento adicional por outras despesas.

4.9 Os serviços executados serão fiscalizados e atestados pela Secretaria solicitante, por servidor designado como fiscal pela Credenciante.

4.10 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Credenciado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela Prefeitura Municipal de Extrema - MG, entre o término do prazo referido no item 8.3 e a data do efetivo pagamento da Nota Fiscal, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = assim apurado:

onde I = IPCA-E (do IBGE) do período, "Pro Rata Die", desprezando-se as frações inferiores a 15 dias.

CLÁUSULA V – DA VIGÊNCIA

5.1 O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos da lei.



CLAUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES

6.1. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

6.1.1 Gerenciar o presente CONTRATO, indicando sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais e/ou equipamentos fornecidos, observada à ordem de classificação indicada na licitação;

6.1.2 Convocar os particulares via, telefone ou e-mail, para assinatura do Contrato de Fornecimento e retirada da nota de empenho;

6.1.3 Observar para que, durante a vigência do presente Contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

6.1.4 Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços contratados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

6.1.5 Realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do pregão presencial;

6.1.6 Orientar o fornecedor para que os pagamentos e os documentos de cobrança não sofram atrasos;

6.1.7 Notificar, por escrito, o fornecedor, fixando-lhe prazos para corrigir eventuais irregularidades, encontradas na execução do contrato, bem como, quando de multa, retenção por danos causados e quaisquer débitos do fornecedor;

6.1.8 Efetuar os devidos pagamentos a(s) credenciada(s), conforme definido deste Edital.

6.1.9 Pagar, a(s) Credenciada(s), por cada procedimento realizado, conforme valores constantes neste e estabelecidos neste edital.

6.1.10 Designar servidor (es) responsável(eis) pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços, objeto deste credenciamento.

6.1.11 Notificar à credenciada, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da execução dos serviços.

6.2. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

Constituem obrigações da credenciada, além das naturalmente decorrentes do presente termo:

6.2.1 Proceder o fornecimento dos materiais e/ou equipamentos e executar os serviços dentro das condições, prazos e preços ajustados na proposta;

6.2.2 Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo setor de compras, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

6.2.3 Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da Prefeitura Municipal de Extrema/MG.;

6.2.4 Arcar com todas as despesas diretas e indiretas, decorrentes as obrigações assumidas sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Extrema/MG.;



6.2.5 Responsabilizar-se por eventuais danos morais e materiais causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na prestação dos serviços.;

6.2.6 todos os esclarecimentos que forem solicitados pela a Prefeitura Municipal de Extrema sobre os materiais/equipamentos ofertados ou serviços executados.

6.2.7 Manter, enquanto credenciada, todas as condições de habilitação exigidas para o credenciamento;

6.2.8 Atender a todas as despesas e encargos de qualquer natureza com pessoal de sua contratação, inclusive os encargos de natureza trabalhista, previdenciário, fiscal, de acidentes de trabalho e outros semelhantes, relativos à execução do objeto do credenciamento;

6.2.9 Operar como uma organização completa, independente e sem vínculos com o **contratante**, fornecendo produtos e serviços de comprovada qualidade, sem ônus adicionais para o **contratante**;

6.2.10 Não subempreitar o objeto do credenciamento a terceiros, sem prévia comunicação e/ou autorização do **município**;

6.2.11 Proceder ao fornecimento do material e ou equipamento e ou execução dos serviços, dentro das condições, prazos e preços ajustados na proposta;

6.2.12 Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo setor de compras, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

6.2.13 Arcar com todas as despesas com traslado, hospedagem e refeições do prestador de serviços e seus prepostos.

6.2.14 Levar os equipamentos e ferramentas necessários à prestação dos serviços de roçada, correndo por sua conta as despesas de seguro transporte, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, combustível, materiais de limpeza decorrentes da execução de objeto do credenciamento.

6.2.15 Prestar todos os serviços previstos no objeto do credenciamento de forma eficiente, atendendo o padrão que qualidade exigida pela contratante.

6.2.16 A credenciada deve apresentar durante a vigência do credenciamento os seguintes documentos com a devida periodicidade:

- Ficha de Equipamento de Proteção Individual (EPI), trimestralmente;
- Programa de Prevenção e de Riscos Ambientais (PPRA), anualmente;
- Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT), anualmente;
- Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e Atestado (PCMSO), anualmente;
- Atestado de Saúde Ocupacional (ASO).

6.2.17 os serviços observando todas as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho, em especial NR5- Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e NR6 - Equipamentos de Proteção Individual.



6.2.18 Será de responsabilidade da credenciada os encargos e benefícios previstos na execução das funções como insalubridade,

6.2.19 A Sinalização nas vias deverá obedecer ao Manual de Sinalização Temporária (Denatran) em especial no seu item denominado "Área de Influência da Obra ou Serviço". A área abrangida pela interferência compreende, inclusive, desvios de tráfego ou rotas alternativas. O percurso pode ser dividido nos seguintes trechos:

área de advertência; área de transição; área de proteção anterior; área da obra ou serviço;

área de proteção posterior; área de transição posterior; área de retorno à situação normal.

CLAUSULA VII – DAS SANÇÕES

7.1 O Credenciado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;



e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.4 A sanção prevista na letra “a” do item 7.2 (advertência) será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na letra “a” do item 7.1 deste contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

7.5 A sanção prevista na letra “b” do item 7.2 (multa) não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 7.1 deste contrato, nos seguintes termos:

a) se der causa à inexecução parcial do contrato, a multa, se aplicada, será de 5% (cinco por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;

b) se der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;

c) se der causa à inexecução total do contrato, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

d) se ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado e aceito pela Administração Municipal, a multa será de 5% (cinco por cento), acrescida de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso até o décimo dia, quando o contrato será considerado totalmente descumprido.

7.6 A sanção prevista na letra “c” do item 7.2 (impedimento de licitar e contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 7.1 deste contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

7.7 A sanção prevista na “d” do item 7.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 7.1 deste contrato, bem como pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 10.1 deste contrato que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista na letra “c” do item 7.2, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

7.8 A sanção estabelecida na letra “d” do item 7.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) deste contrato será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do secretário municipal.

7.9 As sanções previstas nas letras “a”, “c” e “d” do item 7.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na letra “b” do item 7.2 (multa) deste contrato.

7.10 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao Credenciado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.11 A aplicação das sanções previstas no item 7.2 deste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7.12 Na aplicação da sanção prevista na letra “b” do item 7.2 (multa), será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.13 A aplicação das sanções previstas nas letras “c” e “d” do item 7.2 Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



7.14 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

7.15 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

7.16 As penalidades aplicadas serão anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração Municipal.

7.17 As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA VIII – DOS CASOS DE RESCISÃO

8.1 A rescisão do presente Contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

8.2 Serão observadas, ainda, as previsões dos arts. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA IX – DOS CASOS OMISSOS

9.1 Fica estabelecido que, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste Contrato, os chamados casos omissos, estes serão resolvidos entre as partes, respeitado o objeto do Contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei Federal nº 14.133/2021, aplicando-se supletivamente, quando for o caso, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos estabelecidos na Legislação Civil Brasileira e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA X – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

10.1 O Credenciado deverá manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e/ou na assinatura do presente instrumento contratual.

CLÁUSULA XI – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

11.1 O presente contrato poderá ser alterado nas hipóteses e condições previstas nos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA XII - LOCAIS DE ENTREGA DO PRODUTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1 A execução do objeto desta licitação deverá ser realizada no município de Extrema, em vias, avenidas, praças, prédios públicos, áreas rurais e outros locais designados pela contratante.

12.2 Uma vez emitida Ordem de Serviço a credenciada deve dar início às atividades no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ficando sujeita a notificação em caso de não realização ou diante de alguma irregularidade.

12.3 A Ordem de Serviço que a Credenciada receberá, reunirá informações como localização, dimensões (m²) das áreas, data de início e previsão de fim, devendo a prazo ser respeitado, sob pena de notificação em caso de descumprimento não justificado.

12.4 Caso notificada, a credenciada realizará no prazo de 05 (cinco) dias úteis a reparação dos serviços que apresentarem vício ou defeito, contados a partir da data da notificação.

12.5 O prazo indicado no item anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Credenciada, aceita pelo Contratante.

12.6 Os custos referentes a execução do Credenciamento serão de responsabilidade da credenciada.

CLAUSULA XIII – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

13.1 O fornecimento do objeto deste contrato será acompanhado e fiscalizado por servidor designado para esse fim pela autoridade competente, na condição de representante do Município de Extrema

CLAUSULA XIV - DA PUBLICAÇÃO

14.1 O Município de Extrema encaminhará para publicação o extrato deste Contrato na Imprensa Oficial do Município até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA XV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 Com exceção dos casos expressamente autorizados no Edital, o Credenciado somente poderá subcontratar o fornecimento do objeto com a prévia concordância da Credenciante, ficando, neste caso, solidariamente responsável perante a Credenciante pelo fornecimento feito pela Subcontratada e, ainda, pelas consequências dos fatos e atos a ela imputáveis.

CLÁUSULA XVI – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

16.1 As despesas decorrentes do presente contrato estão programadas em dotações orçamentárias própria, previstas no orçamento do Município de Extrema para o exercício de 2023, e serão indicadas no momento em que as adjudicações forem realizadas:

Ficha - Fonte	Funcional Programática	Elemento de Despesa	Unif. Orçamentária	Valor Total
00574-15000001002	02008001.1012200072.116.33903600000.15000001002	OUTROS SEERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	64.900,00
00376-15000001001	02007001.1212200092.074.33903900000.15000001001	OUTROS SEERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	1.650,00
00382-15000001001	02007001.1212200092.075.33903900000.15000001001	OUTROS SEERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	8.250,00
00428-15000001001	02007001.1236100092.091.33903900000.15000001001	OUTROS SEERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	110.500,00
00452-15000001001	02007001.1236500091.009.33903900000.15000001001	OUTROS SEERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	79.750,00
00457-15000001001	02007001.1236500091.010.33903900000.15000001001	OUTROS SEERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	14.300,00

00514-15000001001	02007001.1236700092.106.33903900000.15000001001	OUTROS SEERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	2.200,00
00752-15000000000	02009001.0812200082.147.33903900000.15000000000	OUTROS SEERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	36.902,51
00991-15000000000	02010001.1854100132.183.33903900000.15000000000	OUTROS SEERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	110.000,00
00991-15000000000	02010001.1854100202.189.33903900000.15000000000	OUTROS SEERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	1.100.000,00
01037-15000000000	02011001.1545100101.028.33903900000.15000000000	OUTROS SEERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO	1.375.000,00
00019-15000000000	02001001.0412200152.002.33903900000.15000000000	OUTROS SEERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	8.250,00
00053-15000000000	02001002.0412200152.008.33903900000.15000000000	OUTROS SEERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	16.500,00
00078-15000000000	02001002.0618100162.012.33903900000.15000000000	OUTROS SEERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	5.500,00
00092-15000000000	02001002.0618100162.013.33903900000.15000000000	OUTROS SEERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	5.500,00
00101-15000000000	02001002.0618100162.014.33903900000.15000000000	OUTROS SEERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	27.500,00
01099-15000000000	02012001.1312200052.216.33903900000.15000000000	OUTROS SEERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	5.500,00
01175-15000000000	02013001.2369500042.229.33903900000.15000000000	OUTROS SEERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	566.500,00
01226-15000000000	02014001.2781200062.248.33903900000.15000000000	OUTROS SEERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	55.000,00

CLÁUSULA XVII – DO FORO

17.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, não resolvidos na esfera administrativa, será competenteo Foro da Comarca de Extrema – MG., com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

17.2 E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teore forma que, lido e achado conforme pelas Partes, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito.

Extrema - MG, xxx de xxx de 2023.





Gerência de Compras e Licitações

Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1624
Ponte Nova | Extrema/MG | CEP 37640-000
(35) 3435.4504 | (35) 3435.4307 | (35) 3435.3315



www.extrema.mg.gov.br

Inovação e Gestão de Resultados



MUNICÍPIO DE EXTREMA – MG

Tailon Alexand de Camargo
CRENCIANTE

XXXXXXXXXXXXXX

CNPJ/MF: xxxxx

Por xxxxx

CRENCIADO

Revisado e aprovado pelo Setor Jurídico em _____ / ____ / ____



CHAMAMENTO PÚBLICO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2024
INEXIGIBILIDADE Nº 024/2024
CREDENCIAMENTO Nº 006/2024

ANEXO III – SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÕES

Ao Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Extrema - MG

DADOS CADASTRAIS			
Nome empresarial:			
Endereço:		Cidade:	UF:
Telefone:	Celular:	E-mail:	
Banco:	Agência:	Conta Corrente:	
CNPJ:	Inscrição Estadual (se houver):		

Conforme dados cadastrais acima, venho, por meio da presente, solicitar meu **CREDENCIAMENTO** para prestação de serviços de: **(especificar para qual (is) serviços se credencia, conforme lista de serviços do item 2 do Termo de Referência).**

DECLARA, para os devidos fins:

1) QUE não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 68, VI, da Lei Federal 14.133/2021;

2) QUE cumpre as obrigações das exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme disciplinado no artigo 92, Inciso XVII da lei 14.133/21;

3) QUE até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação/credenciamento, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4) QUE recebeu todos os documentos e informações, sendo orientado acerca de todas as regras, direitos e obrigações previstas no Edital do Credenciamento nº 003/2024, acatando-as em sua totalidade;

5) QUE tem conhecimento dos serviços para os quais solicita credenciamento e que os realizará de forma satisfatória;

6) QUE tem conhecimento das formas de seleção e convocação para a prestação dos serviços, bem como das formas e condições de pagamento;





Gerência de Compras e Licitações
Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1624
Ponte Nova | Extrema/MG | CEP 37640-000
(35) 3435.4504 | (35) 3435.4307 | (35) 3435.3315



www.extrema.mg.gov.br

Inovação e Gestão de Resultados



7) QUE concorda e aceita em prestar os serviços para os quais se credencia pelos preços estipulados na Tabela de Valores prevista no Anexo V - Tabela Municipal de Preços de Exames de Tomografia e Angiotomografia;

8) QUE dispõe ou disporá, quando da convocação, de EPIs - Equipamento de Proteção Individual, demais equipamentos e materiais apropriados para a execução dos serviços e que os manterá em condições adequadas de uso, respeitando as normas e regulamentos aplicáveis aos serviços.

Local e data.

Nome, identificação e assinatura do interessado

